

**MEMÓRIA OPERÁRIA E PATRIMÔNIO: REFLEXÕES SOBRE O
TOMBAMENTO DA COMPANHIA NITRO QUÍMICA BRASILEIRA - SP**

Autora: Yasmin Darviche

Vínculo institucional: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Universidade de São Paulo

e-mail: yasmin.darviche@usp.br

O presente artigo é resultado de pesquisas recém iniciadas no curso de mestrado, cujo projeto de pesquisa trata do lugar da memória e identidade ligadas ao trabalho e ao trabalhador no campo do patrimônio nos anos 2000.¹ Este período vem sendo reconhecido pela revisão conceitual sobre patrimônio, em que se busca incorporar territórios, práticas e grupos sociais representativos da pluralidade cultural brasileira. Porém, uma análise crítica acerca dos reconhecimentos realizados até então indica que ainda há desafios a serem superados, como a valoração de exemplares em bairros distantes do centro da cidade, e a representatividade de grupos sociais não hegemônicos, como os trabalhadores. Desta maneira, refletiremos a partir de um estudo de caso, o tombamento da Companhia Nitro Química Brasileira - CNQB.

Este caso foi selecionado pois exemplifica o tensionamento da relação entre a memória e a identidade construídas sobre o cotidiano do trabalho, da luta, da moradia e do lazer, no caminho para atribuição de valor oficial, processo que nem sempre se apropria desta dimensão como fio condutor dos valores defendidos através do tombamento. A partir do reconhecimento do patrimônio como campo de disputas (Meneses, 1996), este artigo busca agregar na reflexão sobre a atuação dos órgãos de tombamento sob ótica questionadora. Propõe a abertura de discussões sobre a presença da dimensão social do trabalho e a identidade do trabalhador nos processos oficiais de reconhecimento nestas duas primeiras décadas dos anos 2000.

¹ A referida pesquisa de mestrado tem como título *Memória operária e patrimônio: caminhos para atribuição nos anos 2000*, é desenvolvida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob orientação da Prof^a Dr^a Flávia Brito do Nascimento. Conta com auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Fapesp - processo nº 2018/26700-2.

Os anos 2000: patrimônio, trabalho, e trabalhadores

A abordagem proposta para este artigo tem como plano de fundo o campo do patrimônio nos anos 2000. Este período tem sido tratado por diversos autores, sejam historiadores, arquitetos, antropólogos, geógrafos, e tem se materializado em produções de diferentes teores, como artigos científicos, livros, teses, dissertações, e publicações oficiais.

A maioria dessas produções estão voltadas para as políticas e práticas do Iphan, e são possível reflexo da instância que, até os dias atuais, tem desenvolvido de forma mais ampliada ações em busca do reconhecimento da multiplicidade cultural brasileira. Tais políticas parecem ter resvalado de forma pouco profunda para as instâncias estadual e municipal, pelo menos para o caso de São Paulo.²

De uma forma geral, os autores salientam que a compreensão dos anos 2000 não pode ser dissociada da sucessão de acontecimentos das décadas anteriores, iniciadas em 1960.³ A partir desse caminho de compreensão, autores como Porta (2012), Motta (2012), e Abreu (2007), defendem os anos 2000 como momento de renovação das práticas de patrimônio a partir da construção de novas políticas culturais voltadas a atender de maneira mais ampliada para os diversos grupos formadores da sociedade brasileira, conforme indicado na Constituição Federal de 1988.⁴

A entrada de Luís Inácio Lula da Silva na presidência, e Gilberto Gil no Ministério da Cultura, são consideradas por Motta (2012) como essenciais para a reestruturação do órgão e implementação de novos programas. Além disso, houve grande esforço em ampliar o chamado “estoque patrimonial” como uma medida de retomada das ações

² Para estes casos, estudos como o de Neves, Deborah R. L. e Zagato, José A. C. (2018); e Silva, Mario A. M. da. (2018), contribuem para a compreensão do caso estadual, e o de Prata, Juliana M. (2009), contribui para o caso municipal paulistano.

³ Os anos 1960 e 1970 no campo patrimonial foram marcados pelas consequências do desenvolvimentismo expressadas através de mobilizações sociais na defesa da preservação de bens culturais. Os anos 1980 são interpretados como divisor de águas a partir da redemocratização do país e promulgação da Constituição Federal de 1988, especialmente os Artigos 215 e 216. Reflexões como a de Tourinho, Andréa de O., e Rodrigues, Marly (2016); Porta, Paula (2012); Nascimento, Flávia B. do (2016); e Marins, Paulo C. G. (2016); são primordiais para aprofundamento no tema.

⁴ São exemplos destas iniciativas, o Decreto nº.3551/2000, que instituiu o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial; o lançamento do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, em 2004; o cadastro do Patrimônio Ferroviário, em 2007; a Chancela da Paisagem Cultural, em 2009; os Planos de Ação para Cidades Históricas (PAC-CH) e o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG). Além de propostas em torno da criação de um Sistema Nacional de Patrimônio Cultural.

institucionais ante o hiato criado nos anos 1990. Segundo Pereira (2015), a partir de 2003 são instituídos tombamentos emblemáticos em nível federal, como as áreas remanescentes de quilombos, bens relacionados à imigração, ao trabalho e lutas sociais. Como exemplo podemos citar a Casa de Chico Mendes, tombada em 2008, cuja demanda surgiu, segundo Porta (2012) em torno da busca pela preservação da memória da luta pelo direito dos trabalhadores, considerada como testemunho de um processo social.

Enquanto as narrativas dos textos institucionais, como o de Porta (2012) omite conflitos do campo, textos como o de Marins (2016) reflete criticamente sobre o período, indicando que a trajetória de preservação do órgão federal manteve-se marcadamente conservadora. O autor comenta não ter sido desenvolvida uma revisão sobre o instrumento do tombamento naquilo que poderia reconhecer diferentes matrizes patrimoniais, para além da arquitetura, materialidade, excepcionalidade. Além disso, refletindo sobre a territorialização dos tombamentos e registros, ressalta que as regiões mais contempladas foram o nordeste e o sudeste, como tradicionalmente praticado pelo campo. No que tange à construção da política de patrimônio imaterial, Marins (2016), Porta (2012) e Motta (2012) a reconhecem como um passo adiante na consolidação das propostas amadurecidas ao longo do período.

As pesquisas acerca do período indicam que os anos 2000 são campo fértil para estudos aprofundados em torno da real ampliação do conceito de patrimônio e suas reverberações nas práticas preservacionistas atuais. Ao analisarmos criticamente a atuação dos órgãos, principalmente através dos tombamentos, podemos compreender o desigual reconhecimento oficial da pluralidade cultural do território brasileiro, como indicado por Marins (2016). Tal quadro indica desafios a serem superados, como a valoração de exemplares em territórios distantes dos centros das cidades, e a identidade e memória de grupos sociais não hegemônicos, como os trabalhadores.

O olhar para aquilo que compõe o patrimônio do trabalho e do trabalhador corresponde, principalmente, a uma construção sobre esse universo por via da história social difundida a partir dos anos 1980, com estudos de Thompson (1987), Hobsbawm (1987), Perrot (1988), Blay (1985), Decca (1987), Gitahy (1992), entre outros. Estes autores enfocam os trabalhadores a partir de suas condições de existência, da experiência comum cotidiana, e da relação desta experiência com o universo material na construção

de identidades. Portanto, o enfoque da pesquisa será para o trabalhador ligado ao processo de industrialização em São Paulo, trabalhador urbano, assalariado, operário. O patrimônio do trabalho será entendido como um artefato, uma construção, como os lugares, os saberes, as práticas sociais atreladas à sua identidade e testemunhos de sua memória, indo além dos espaços produtivos, fabris, passando pelos espaços de domesticidade e sociabilidade, chegando até aqueles representativos da história das lutas e resistências.

Rebérioux (1992) constrói uma classificação dos lugares do trabalhador que pode servir de base para nosso entendimento. Para a autora, se a fábrica é o lugar da produção, o café – podemos citar o botequim, para o caso brasileiro – é o lugar do lazer, mas nem por isso destituído de práticas e símbolos que caracterizam a identidade do trabalhador. Além destes, indica os movimentos de militância operária como também capazes de promover lugares de lutas de classe como símbolos. Assim, é possível compreender a importância não somente dos lugares de trabalho, mas também daqueles lugares de sociabilidade, e simbólicos, como componentes da identidade do trabalhador.

A partir destas reflexões, podemos nos questionar: em que medida o trabalho, como categoria de valoração, e o trabalhador, como sujeito social, são incluídos nas novas práticas e na ampliação conceitual do patrimônio nos anos 2000? Considerando que não existe a categoria “patrimônio do trabalho”, ou “patrimônio do trabalhador”, um caminho para reflexão se configura a partir de duas categorias implementadas nos anos 2000, a do patrimônio industrial e do patrimônio ferroviário.⁵

Para aprofundamento nesta discussão, utilizaremos o caso do tombamento da fábrica da Companhia Nitro Química Brasileira como patrimônio industrial pelo Conpresp - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo.

O processo de patrimonialização da fábrica da Companhia Nitro Química Brasileira

Marcado por uma paisagem rural, predominantemente de chácaras e poucas construções no entorno da Capela de São Miguel Arcanjo, o bairro de São Miguel

⁵ Para aprofundamento no tema do patrimônio industrial, consultar Kühl, Beatriz M. (2006).

Paulista,⁶ localizado na região leste da cidade de São Paulo, passou a receber ocupação urbana efetivamente a partir da implantação da referida fábrica, em 1935. Sua produção voltava-se para a confecção de fibras artificiais, cujo produto final era o rayon, usado para fabricação de seda artificial. Foi implantada sob atuação de uma associação entre José Ermínio de Moraes, Wolf Klabin e Horácio Lafer, chamada Companhia Nitro Química Brasileira, com incentivos do Governo Federal para o fortalecimento de indústria de base no Brasil (TONAKI, 2013).

Inserida em um bairro de infraestrutura escassa,⁷ carente em saneamento básico, educação, saúde, segurança e lazer, o funcionamento da fábrica dependia diretamente de um mínimo investimento em infraestrutura urbana para garantir a permanência de seus operários próximos ao local de trabalho.⁸ Assim, a CNQB responsabilizou-se pela instalação de elementos não somente de caráter fabril, mas também de equipamentos assistenciais. Entre os anos 1940 a 1960 foram construídos equipamentos como creche, refeitório, uma escola Senai, ambulatório, vilas habitacionais – como a chamada Cidade Nitro Química, uma escola primária, clube de lazer, delegacia e hospital.⁹

Segundo Tonaki (2013), a CNQB lançou mão de equipamentos assistenciais com o objetivo de criar um ideal de “família nitrina” para que seus funcionários se reconhecessem como parte do grupo, sujeitos determinantes no desenvolvimento da empresa. Dessa forma, aliado à uma forte imagem populista em torno dos donos da fábrica, especialmente aos membros da família Ermínio de Moraes, é possível entender que o bairro de São Miguel Paulista, a partir da instalação da fábrica e de todos os equipamentos que a compunham, cresceu a partir do tecido urbano construído pela iniciativa privada. A Nitro, como chamada pelos moradores do bairro, especialmente os ex-funcionários, foi considerada a “mãe de São Miguel”.

⁶ Para aprofundamento na história do bairro, consultar Bomtempo, Sylvio (1970); Azevedo, Aroldo (1945); Fontes, Paulo (2002); e Viana, Myrna (1982). Sobre o patrimônio ferroviário, consultar Giannecchini, Ana Clara (et.al.), (2012).

⁷ Este quadro de carência de infraestrutura caracterizou o bairro durante muitas décadas. Autores como Paulo Fontes, Teresa Caldeira, e Myrna Viana, se debruçaram sobre estas questões. Para aprofundamento, consultar Fontes, Paulo (2002); Caldeira, Teresa (1984); Viana, Myrna (1982).

⁸ A compreensão da formação da população do bairro liga-se diretamente com processos de migrações brasileiras, com grande vulto a partir da década de 1940. Em São Miguel Paulista são representados, principalmente, por migrantes de origem nordestina. Para aprofundamento do tema, consultar Fontes, Paulo (2002).

⁹ Sobre o detalhamento da instalação dos equipamentos industriais, consultar Tonaki, Luciana (2013).

Essa política foi estabelecida de forma tão profunda que o trabalho na fábrica, o clube de lazer, as escolas, creche, hospital e vilas, construídas pela Companhia e sob sua gerência, figuram como importantes elementos na composição da memória e identidade de grande parte da população do bairro, especialmente dos trabalhadores que, através dessa prática, estabeleceram laços que permanecem até os dias de hoje.

A CNQB foi uma das principais indústrias químicas brasileiras durante a Era Vargas, mas após o fim da 2ª Guerra Mundial passou por crises na produção, momento em que o sistema de exploração dos trabalhadores foi aprofundado. Entre os anos 1950 e meados dos anos 1970, a existência da fábrica foi marcada pela relação dialética de valorização do trabalho respaldada pela assistência social e pela movimentação operária em torno de maiores direitos, culminando em muitas greves (FONTES, 1997).

A partir da década de 1980, inserida no contexto da desindustrialização, a fábrica passou por um processo de reorientação para uma forma mais enxuta nos modos de produção, demitindo a maior parte dos funcionários. Assim, os antigos equipamentos fabris foram abandonados, e os equipamentos assistenciais desativados, sendo um a um e demolidos ao longo dos anos 1980 e 1990.

A paisagem resultante desse processo, em estado de degradação e abandono ao longo dos anos 1990, principalmente - o muro da fábrica, os equipamentos fabris, as chaminés, o terreno resultante das demolições dos equipamentos assistenciais e a antiga Sede do Clube de Funcionários, único equipamento assistencial não demolido - denotava o que restou de um momento em que a fábrica era o principal elo entre as pessoas e o lugar, através de suas relações de trabalho, moradia, sociabilidade e resistência.

Este quadro mobilizou moradores da região a partir do sentimento de perda e comoção, que resultou em um abaixo assinado enviado ao Conpresp para solicitação do tombamento. Assim, no ano de 2003 deu-se início ao estudo de tombamento. O caso ficou oito anos em discussão, período em que a maioria dos edifícios industriais foram demolidos. Em 2011 o órgão municipal de proteção determinou a abertura do processo¹⁰ e, no ano seguinte, tombou alguns elementos remanescentes da fábrica.

Na Resolução 10/12 do Conpresp estão expressos os valores pelos quais a fábrica foi tombada: reconhecimento da importância da fábrica no crescimento e urbanização do

¹⁰ Resolução Nº 10 / CONPRESP / 2011.

bairro; importância dos conjuntos industriais e elementos arquitetônicos dentro da categoria de patrimônio industrial; a importância do registro da industrialização como aglutinadora de valores históricos, sociais, tecnológicos, arquitetônicos; a importância dos edifícios como componentes da paisagem.¹¹

Esta resolução permite diferentes chaves de interpretação. Tomando como base os avanços no campo patrimonial a partir dos anos 2000, em que o patrimônio industrial se torna uma categoria, o tombamento da Nitro Química, reconhecido como tal, representa o alinhamento aos novos rumos do campo. Por outro lado, a escolha dos elementos a serem tombados enfocou somente os espaços produção que se encontravam abandonados e em risco de demolição, implantados dentro do perímetro do muro da fábrica. Foram eles: três chaminés de tijolos, o edifício da antiga casa de força, o edifício da antiga portaria principal e refeitório, todos atualmente desativados.

Os edifícios construídos para além da delimitação do muro – como a Vila Nitro Química e a Sede Social do Clube, único equipamento assistencial não demolido – não foram contemplados. Isto mostra que, embora alinhado à categoria de patrimônio industrial, o tombamento não reconhece os componentes “não industriais” deste patrimônio, nem também o caráter simbólico das lutas e organizações operárias como componentes de memória e identidade. Na referida Resolução isso parece ter sido considerado de forma secundária, sendo mencionado de forma superficial.

Neste caso, o tombamento como meio para frear a demolição dos poucos remanescentes industriais representa ganhos para o campo do patrimônio e para a memória dos moradores do bairro. Mas não podemos nos furtar da análise de como este tombamento ainda compõe um discurso sobre a prevalência da materialidade e dos espaços essencialmente de produção, inclusive quando tratamos de uma categoria construída como componente de um ideal de ampliação do conceito de patrimônio.

O reconhecimento do patrimônio industrial, respaldado pela Carta de Nizhny Tagil, de 2003, consagra a indústria como categoria de patrimônio e a define a partir de uma visão ampla, englobando os espaços de produção e também locais onde atividades relacionadas se desenvolveram, como habitações, locais de culto e educação. Dentre

¹¹ Resolução Nº 10/CONPRESP/12, contida no Processo n. 2003-0.077.479-2.

outros critérios, a Carta de Nizhny Tagil elenca a memória do trabalhador como fonte única e insubstituível a ser considerada no caminho para atribuição de valor.¹²

Outras formas de identidade do trabalhador

Para ampliar a reflexão em torno da profundidade dos valores do patrimônio da fábrica, podemos tratar daqueles não reconhecidos oficialmente. O caso do antigo edifício da Sede Social do Clube da Nitro Química pode ser um exemplo.

A Sede do Clube de funcionários foi o último equipamento a ser desativado, no fim dos anos 1990, e é o único não demolido. Segundo depoimentos de moradores do bairro,¹³ o Clube representava o principal equipamento de lazer, encontro e sociabilidade dos trabalhadores em razão de diversas festas. Embora possua grande importância para aqueles que vivenciaram a utilização do espaço e componha o patrimônio construído pela CNQB, é pouco mencionado nos dossiês inclusos no processo de tombamento, não recebendo qualquer tipo de proteção oficial. Nem mesmo a Nitro Química, como proprietária, estabelece algum tipo de proteção ao edifício, abandonado há duas décadas.

Diante desse quadro, é importante refletir sobre o sentido do tombamento naquilo que ele poderia ser um instrumento valorizador de laços identitários e de memória dos trabalhadores. Através dos estudos de Tonaki (2013) e Fontes (1997; 2002), é possível compreender que a profundidade das ações da fábrica no bairro atingiu universos que foram muito além da produção industrial, criando formas de enraizamento.

Rebérioux (1992), quando trata dos lugares de memória operária, diz que os relacionamentos que se estabelecem nesses espaços inserem os trabalhadores em uma teia de relações em que se cruzam trabalho, noites nos botecos e relações familiares. Essa existência simbólica da fábrica talvez seja reforçada pelo processo de mudança que o bairro passou, em que novas dinâmicas e ações como a demolição dos equipamentos da fábrica, e abandono da Sede Social do Clube, mobilizaram os moradores, principalmente

¹² Para aprofundamento no tema do patrimônio industrial, consultar Kühn, Beatriz M. (2006).

¹³ No ano de 2017, para composição do Trabalho Final de Graduação intitulado *Os Sentidos Patrimoniais na Periferia: Inventário de Referências Culturais para São Miguel Paulista*, a autora realizou entrevistas com antigos moradores do bairro, ex-funcionários da Nitro Química, migrantes e imigrantes, membros de associações, entre outros. A partir destas foi possível acessar um universo de significações que compõem as reflexões neste expostas.

ex-funcionários da fábrica, em torno do sentimento da perda. Esta mobilização indica a profundidade de sentidos simbólicos que a fábrica ainda suscita nos moradores do bairro.

Como contrapartida, podemos pensar na dimensão deste tombamento como parte da construção da oficialidade sobre o que é patrimônio. Para tal, as considerações de Smith (2006) em torno do “discurso autorizado do patrimônio” são de extrema importância. Segundo a autora, este é um conceito decorrente de uma visão hegemônica sobre o que é o patrimônio, resultado de um consenso socialmente construído que acaba por ignorar a diversidade cultural e as experiências sociais das minorias. Como consequência, ele valida uma série de práticas que acabam por penetrar nas próprias construções populares de patrimônio, enfraquecendo ideias alternativas sobre ele. Nesse sentido, podemos considerar que o tombamento em questão pode ser a representação do “discurso autorizado do patrimônio”, reduzindo a compreensão sobre o patrimônio de matriz industrial, e não atingindo a identidade do trabalho e do trabalhador.

Considerações finais

A partir das considerações neste apresentadas, é possível compreender caminhos que nos levam a entender a Nitro Química como uma referência importante, seja para a história do bairro, ou para a identidade e memória dos moradores, principalmente antigos funcionários. Seu sentido patrimonial vai além do tombamento e, antes de ser patrimônio tombado, já possuía tal valor para os moradores da região. Nesse sentido, buscou-se mostrar os desafios no caminho do processo de atribuição de valor oficial, não sendo fim óbvio um tipo de proteção que abarque os diversos sentidos do bem cultural.

Este caso pode ser um exemplo para refletirmos que, embora os anos 2000 sejam tratados como marco da revisão conceitual de patrimônio, principalmente a partir da implementação de novas categorias, o caso nos mostra que ainda que tenha sido valorizado enquanto patrimônio industrial, as determinações acabaram reduzindo a própria conceituação desta matriz àqueles exemplares de arquitetura monumentais, que se destacam na paisagem, que apresentam alguma “excepcionalidade” e que, de certa forma, contam uma história oficial e indicadora da trajetória das elites. Afinal de contas, tomar os equipamentos fabris, instalados dentro dos muros das fábricas conduz

diretamente à perpetuação da história da Companhia Nitro Química Brasileira, e não de seus trabalhadores ou do trabalho como fio condutor da valoração oficial.

Como mencionado, os avanços da esfera federal, além de mais profundamente estudados e documentados, foram muito pouco apropriados nos âmbitos estadual e municipal. Para o caso em questão, o que indicaria um caminho para uma abordagem mais ampla sobre o patrimônio - sobretudo por sua valoração enquanto patrimônio industrial - não parece se concretizar, dada à utilização desta categoria para valoração de critérios unicamente arquitetônicos e de função fabril. Este caso pode nos levar à reflexão sobre a utilização das categorias de patrimônio industrial, ou ferroviário como um possível caminho para a valoração das memórias e identidades do trabalhador, mas o próprio caso da CNQB nos indica que não devem ser vistos como únicas categorias responsáveis ou capazes de suprir a invisibilidade do trabalho e do trabalhador como componentes do patrimônio cultural brasileiro.

Bibliografia

ABREU, Marta. Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional. In: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 351-370.

AZEVEDO, Aroldo Edgard de. **Subúrbios orientais de São Paulo**. Tese (Cadeira de Geografia do Brasil) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1945.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985.

BOMTEMPI, Sylvio. **O bairro de São Miguel Paulista**. São Paulo: Oficinas de Artes Gráficas Bisordi S.A, 1970. (Coleção História dos Bairros de São Paulo. Prefeitura Municipal - Secretaria da Educação de Cultura, v. VII).

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CAVALCANTI NETO, J. R.; CARNEIRO, F. G.; GIANNECCHINI, A. C. Avanços e desafios na preservação do patrimônio ferroviário pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **VI Colóquio latino americano sobre recuperação e preservação do patrimônio industrial**. São Paulo, 2012.

CONPESP. Processo de Tombamento nº 2003-0.077.479-2 - **Elementos integrantes do Complexo da Cia Nitro Química**.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo - 1927-1934**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições UFRJ/IPHAN, 1997.

_____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 56-76.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)**. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

_____. **Trabalhadores e cidadãos. Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50**. São Paulo: Annablume, 1997.

GITAHY, Maria Lúcia Caira. **Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914**. São Paulo/Santos: Editora Unesp/Prefeitura Municipal de Santos, 1992.

HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. **Revista Eletrônica do IPHAN, Dossiê Herança Industrial**, Brasília, v. 4, p. 1-7, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/algumas_questoes_relativas_ao_patrimonio.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2016.

_____. Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. **Revista Arq. Urb.** São Paulo, n. 3, 2010, p. 23-30. Disponível em: <https://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/3arqurb3-beatriz.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2016.

MARINS, Paulo Garcez. Novos Patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.29, n. 57, p. 9-28, janeiro-abril, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MARINS%252c%20Paulo%20C_G_%20Novos%20patrim%C3%B4nios%252c%20um%20novo%20Brasil.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**. Ouro Preto: Iphan, v.1, p. 25-39, 2009.

_____. Os “usos culturais” da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YAZIGI, Eduardo. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 88-99.

MOTTA, Lia. Notas sobre o IPHAN na década de 2000. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012, p. 317-328.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural**. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2016

NEVES, Deborah Regina Leal; ZAGATO, José Antônio Chinelato. Os desafios contemporâneos do patrimônio cultural paulista: novas abordagens e perspectivas. **Revista CPC** . São Paulo, v. 13,n.26 Especial, p. 162-190, 2 semestre, 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/150152>>. Acesso em 23 mar. 2019.

PEREIRA, Danilo Celso. **Cidades Patrimônio. Uma geografia das políticas públicas de preservação no Brasil**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PORTA, Paula. **Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: Diretrizes, linhas de ação e resultados (2000-2010)**. Brasília: Iphan. Ministério da Cultura, 2012.

PRATA, Juliana Mendes. **Patrimônio cultural e cidade: práticas de preservação em São Paulo**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

REBÉRIOUX, Madeleine. Lugares da memória operária. In: SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O Direito à memória: Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. p. 47-56.

SILVA, Mario Augusto Medeiros da. Breve contribuição a um debate sobre a construção do patrimônio imaterial paulista, 2010-2014. **Revista CPC**. São Paulo, v.13, n.26 Especial, p.141-161, 2 semestre, 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/150124>>. Acesso em 23 mar. 2019.

SMITH, Laurajane. The discourse of heritage. In: **Uses of Heritage**. Londres: Routledge Taylor & Francis Group, 2006. p. 11-43.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE (TICCIH). **Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial**, Julho, 2003.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TONAKI, Luciana Lepe. **A Companhia Nitro Química Brasileira: indústria e vila operária em São Miguel Paulista**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.

TOURINHO, Andréa de Oliveira, e RODRIGUES, Marly. Patrimônio ambiental urbano: uma retomada. **Revista CPC**, São Paulo, n.22, jul./dez. 2016, p.70-91. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/111915/122079>>. Acesso em 16 mai. 2018.

VIANA, Myrna Therezinha Rego. **São Miguel Paulista. O chão dos desterrados: um estudo de migração e de urbanização**. Tese (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.